



Caxias do Sul (RS), 30 de novembro de 2022.

**Exma. Sra. Dênisé Pessoa**  
Deputada Federal Eleita  
Partido PT  
Brasília – DF

Prezada Congressista

Diante do cenário pós-eleições, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul e o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, duas das mais expressivas entidades da classe produtiva e empresarial da Serra Gaúcha, fazem um apelo ao Congresso Nacional, e à Vossa Excelência em particular, pela governabilidade e pela responsabilidade na administração dos destinos do País.

É consenso que os desafios para a condução da economia brasileira nos próximos anos serão muito relevantes. Se por um lado temos um País com enormes potenciais, pela sua dimensão territorial, riquezas naturais e população, por outro, temos o grande desafio de assegurar que a gestão pública reconheça a importância da sustentabilidade das contas públicas.

Para tanto, é muito importante que se definam regras fiscais bastante claras. Importante lembrar que o Brasil, desde o final dos anos 90, sempre adotou alguma regra fiscal, embora estes mesmos dispositivos tenham sido fragilizados em alguns períodos, fazendo com que seus efeitos tivessem enorme impacto no desempenho da economia, o que foi observado claramente nos anos de 2015 e 2016.

Portanto, será bastante prejudicial ao bom andamento da economia brasileira se não forem estabelecidos, pelo Congresso Nacional e pelo governo federal, limites para os gastos, por mais que se reconheça a importância de se apoiar os mais necessitados.

A regra fiscal não é para agradar ao mercado, mas torna-se fundamental para dar previsibilidade a ele. Permite sobretudo que seus agentes (investidores, poupadores, consumidores etc.) tenham condições e confiança para investir.

Possibilita, inclusive, que o mercado financie a dívida pública, justamente por acreditar que as condições macroeconômicas, a estabilidade e a solidez das contas públicas se manterão favoráveis à viabilidade dos investimentos, sejam eles na atividade produtiva ou na formação de poupança de pessoas físicas e jurídicas.

Para a CIC Caxias e CIC-BG, estabilidade das contas significa, sobretudo, não se gastar mais do que se arrecada de impostos, nem tampouco aumentar os tributos para fazer frente ao desequilíbrio financeiro que certamente haverá, caso a PEC da Transição seja aprovada.

Importante lembrar que o descontrole das contas públicas implica em elevação da inflação e das taxas de juros, com maior restrição de crédito, o que justamente acaba prejudicando as pessoas de baixa renda.

É oportuno mencionar também que as reformas ajudam na obtenção do equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas, especialmente àquelas que promovem o desenvolvimento econômico e geram maior arrecadação, acionando o ciclo virtuoso da economia. Em outras palavras, quanto maior o desenvolvimento econômico, maior a arrecadação e, conseqüentemente, maior solidez das contas públicas, possibilitando investimentos básicos e a concessão de auxílios que, por sua vez, ativam ainda mais a economia.

Entre as principais reformas destacamos:

-Reforma Administrativa, visando à melhor eficiência da máquina pública, com ganho de produtividade e redução dos gastos públicos. Não apoiamos, sob hipótese alguma, o aumento de ministérios, o que promoveria aumento de gastos. Ao contrário, almejamos um Estado mais enxuto e menos burocrático.

- Reforma Tributária, objetivando a redução da complexidade do arcabouço fiscal brasileiro, ampliando a base de contribuintes, sem aumentar as alíquotas dos impostos. Menor carga tributária e aumento de competitividade permitem que a atividade econômica se expanda ao seu máximo potencial, o que não tem acontecido nos últimos anos em função da elevada e complexa estrutura tributária brasileira.

Por fim, o povo brasileiro escolheu, nas eleições de 2 de outubro, os seus representantes no Congresso Nacional. Entendemos que estes representantes deveriam ser ouvidos antes de se definir regras fiscais que vão além do que é exigido pelas atuais leis vigentes, ou seja qualquer proposta de gastos fora do teto deveria aguardar o próximo exercício legislativo, quando então os novos congressistas poderão se manifestar.

Não podemos nos conformar com medidas fáceis, imediatistas e paliativas. A melhor política social que existe é o pleno emprego, resultado de um ambiente amigável ao crescimento e às oportunidades. Ações

incentivadas pelo governo capazes de gerar empregos e renda compõem o melhor programa assistencial que se pode oferecer, pois, além de tudo, promovem a dignidade humana e o exercício da cidadania.

Certos de sua atenção à importância do assunto acima exposto, agradecemos e colocamo-nos à disposição.



Celestino Oscar Moro  
Presidente da CIO Caxias



Marijane Paese  
Presidente do CIC-Bento Gonçalves